PAMELA GABRIELLE ROMEU GOMES ROQUE

**A GOVERNANÇA CORPORATIVA INTERNA DE INSTITUIÇÕES
BANCÁRIAS: O ESTÍMULO PROPICIADO PELA CRISE
FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Paulo Fernando Campos Salles de Toledo

Universidade de São Paulo
Faculdade de Direito
São Paulo - SP
2017

PAMELA GABRIELE ROMEU GOMES ROQUE

**A GOVERNANÇA CORPORATIVA INTERNA DE INSTITUIÇÕES
BANCÁRIAS: O ESTÍMULO PROPICIADO PELA CRISE
FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Fernando Campos Salles de Toledo.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Direito
São Paulo - SP
2017

Roque, Pamela Gabrielle Romeu Gomes

A governança corporativa interna de instituições bancárias: o estímulo propiciado pela crise financeira mundial de 2008/ Pamela Gabrielle Romeu Gomes Roque; orientador Paulo Fernando Campos Salles de Toledo – São Paulo, 2017.
272 p.

Dissertação (Mestrado em Direito). Área de concentração: Direito Comercial. Universidade de São Paulo, 2017.

1. Governança Corporativa 2. Instituições Bancárias 3. Mecanismos Internos de Governança Corporativa. I. Campos Salles de Toledo, Paulo Fernando, oriente. II. Título.

Nome: ROQUE, Pamela Gabrielle Romeu Gomes

Título: A governança corporativa de instituições bancárias: o estímulo propiciado pela crise financeira mundial de 2008

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Ao meu tio Marco, que infelizmente já se foi, e aos adoráveis membros da nova geração que já chegaram, meus sobrinhos Roberto e Yan.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado é confirmar empiricamente que não fazemos nada nessa vida sozinhos, mesmo que seja um trabalho “individual”. Com efeito, tenho muito o que agradecer a diversas pessoas que contribuíram de variadas formas para a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, desde a oportunidade de retornar à Velha e Sempre Nova Academia até os últimos minutos de sua excelente orientação na realização da presente dissertação de mestrado. De fato, fui agraciada com a sorte de ter sido orientada por ele, profissional do ensino que exerce seu ofício com dedicação e verdadeira vocação.

Agradeço também ao Professor Doutor Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa e à Professora Associada Dra. Maristela Basso, que participaram da minha banca de qualificação, pelas perspicazes sugestões e críticas ao trabalho, que certamente o enriqueceram.

Agradeço aos profissionais que lidam diariamente com a governança corporativa de bancos – seja internamente nas instituições, seja na posição de autoridade bancária, ou, ainda, na de auditores – e que se disponibilizaram a conversar comigo, bem como a ler meu trabalho (apesar da agenda cheia), contribuindo com valiosos comentários e compartilhamento de suas visões: Wilson Ometto, Marcelo Vicentini, Peter Harper, Jairo Soares, Ismael Nicomédio, Alexandre Ibrahim, Antonio Girelli, Ênio Meinen e Paulo Sergio Ortega Rausch.

Agradeço também aos meus companheiros de Insper pelas orientações e fluxo enriquecedor de ideias: André Antunes Soares de Camargo, Eduardo Montenegro Dotta, José Luiz Conrado Vieira, Régis Fernando de Ribeiro Braga, Daniel Martins Boulos, Rodrigo Fernandes Rebouças e Ana Cristina von Gusseck Kleindienst.

Agradeço aos membros de minha família pelo apoio e paciência necessários, sem os quais não teria sido possível concluir esta dissertação. Dentre essas pessoas que tiveram sua paciência e sua capacidade de ajudar testadas de maneira acentuada, agradeço especialmente ao meu pai, ao meu primo Marquinho e ao *mein Schatz* Maximilian Crown.

Agradeço ainda a meus amigos, pelos atos de amizade durante a redação deste trabalho, especialmente pelas conversas e palavras de conforto acadêmico. Nesse sentido, não posso deixar de mencionar os amigos Marília Cruz Ávila, Marília Miranda, Daniel Gustavo Peixoto Orsini Marcondes, Paula Ferraresi Santos, Maria Alice Rodrigues, Natália Luchini e Fábio André Oliveira.

Agradeço também aos funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que certamente contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho, bem como a Silvia Massimini Felix pela revisão do português do texto final (os erros que permanecem são de minha inteira responsabilidade).

Por fim, reservo essas palavras finais de agradecimentos para me dirigir de maneira especial e destacada à minha mãe, pelo incentivo ímpar e por estar sempre ao meu lado, mesmo quando essa postura não parece ser a mais recomendável.

Ciente de que sou falível, desculpo-me se acaso não mencionei alguma pessoa que tenha participado desse extenso processo acadêmico.

RESUMO

A presente dissertação identifica e descreve o estímulo provocado pela crise financeira de 2008 para a governança corporativa interna de instituições bancárias, e adicionalmente busca situar, de maneira abstrata, a governança corporativa dos bancos do Brasil no âmbito de discussões que decorreram de tal período histórico e, assim, contribuir para o desenvolvimento do tema no contexto nacional. Para tanto, vale-se da análise de doutrina especialmente dedicada ao tema, com destaque à produzida por autores do contexto anglo-saxão, bem como de relatórios e documentos oficialmente publicados por organismos multilaterais e governos selecionados. O trabalho funda-se basicamente no exame de textos doutrinários e normativos, tanto brasileiros quanto estrangeiros, não se propondo a realizar pesquisas empíricas. É desenvolvido em três capítulos. O primeiro aborda os delineamentos de governança corporativa geral, bem como as características que ensejam a especialidade da governança corporativa dedicada aos bancos. O segundo apresenta um panorama geral do estímulo estudado e as falhas da governança corporativa identificadas no contexto da crise de 2008, bem como a evolução dos princípios específicos de governança corporativa para os bancos enunciados pelo Comitê de Basileia, organismo de especial relevância no âmbito do objeto em tela. Por fim, o terceiro analisa fontes de governança corporativa abstrata de bancos no Brasil *vis-à-vis* os mencionados enunciados do Comitê de Basileia em cinco tópicos selecionados em função da crise, a saber: i) o propósito a ser perseguido pelos conselheiros no direcionamento da governança corporativa de bancos; ii) a qualificação técnica dos conselheiros; iii) a instauração de comitê de risco; iv) o estabelecimento de um *Chief Risk Officer* (CRO); e v) o desenho de políticas de remuneração e instauração de comitê de remuneração. Conclui-se que as fontes analisadas (vigentes até a data de 17 de novembro de 2016) se encontram em grande parte alinhadas às colocações do Comitê de Basileia, havendo oportunidades para melhorias (ou maior atenção na aplicação da governança corporativa em concreto das instituições específicas) no tocante à instauração de comitê de risco, ao estabelecimento de um CRO, e a uma observação mais atenta ao desenho de políticas remuneratórias para todos aqueles que, independentemente de sua posição hierárquica na estrutura da instituição bancária, possam assumir riscos substanciais para o banco.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Instituições Bancárias. Mecanismos Internos de Governança Corporativa.

ABSTRACT

This dissertation identifies and describes the stimulus to the corporate governance of banks triggered by the financial crisis of 2008, seeking additionally to conceptualize and compare it, in an abstract way, to the corporate governance of the banks in Brazil. To do so, this paper uses a doctrinal analysis especially dedicated to this topic, focusing on works published in English, as well as reports and documents officially published by multilateral organizations and selected governments. This paper is essentially based on the examination of doctrinal and normative texts, both Brazilian and foreign and is not proposing to conduct empirical research. It is divided into three chapters. The first addresses the general corporate governance frameworks as well as the characteristics that highlight the intricacies of corporate governance in relation to banks. The second presents an overview of the stimuluses used and the failures of corporate governance in the context of the 2008 crisis, as well as the evolution of the specific principles of corporate governance for banks enunciated by the Basel Committee. Finally, the third analyzes sources of abstract corporate governance of banks in Brazil *vis-à-vis* the aforementioned statements of the Basel Committee on five topics selected as a result of the crisis, namely: i) the goals to be pursued by the board of directors in setting the corporate governance of banks; ii) the technical qualification of directors; iii) the establishment of a risk committee; iv) the establishment of a Chief Risk Officer (CRO); and v) the design of compensation policies and the establishment of a compensation committee. It is concluded that the analyzed sources (effective as of November 17, 2016) are largely aligned with the Basel Committee's positions. There are, however, opportunities for improvement in regards to the establishment of risk committees, the establishment of a CRO, and the design of remuneration policies for all those who, regardless of their hierarchical position, may assume substantial risks for the bank.

Keywords: Corporate Governance. Banks. Internal Corporate Governance.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Comparação entre os enunciados de práticas de governança corporativa de organizações bancárias do documento de 1999 do Comitê de Basileia e os enunciados dos princípios constantes do documento de 2006 de mesma entidade 134
- Quadro 2:** Comparação entre os princípios constantes do documento de 2006 do Comitê de Basileia e os constantes do documento de 2010 de mesma entidade 162
- Quadro 3:** Comparação entre os princípios de governança corporativa para bancos constantes do documento de 2010 do Comitê de Basileia e os constantes do documento de 2015 de mesma entidade 176
- Quadro 4:** Comparação de recomendações do Comitê de Basileia (2015) e de dispositivos selecionados da Resolução n. 3.988/2011, da Resolução n. 3.721/2009, da Resolução n. 3.464/2007, da Resolução n. 3.380/2006 e da Resolução n. 4.090/2012 218

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 GOVERNANÇA CORPORATIVA E INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	24
1.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA: BREVES DELINEAMENTOS	24
1.1.1 Conceito de governança corporativa.....	24
1.1.2 Fundamentos da governança corporativa: o conflito de agência	27
1.1.3 Vertentes <i>shareholder-oriented</i> , <i>stakeholder-oriented</i> e <i>enlightened shareholder oriented</i>	30
1.1.4 Meios pelos quais a governança corporativa se expressa: fontes e mecanismos... 41	
1.2 A GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA O SETOR BANCÁRIO É (OU DEVE SER) DIFERENTE.....	44
1.2.1 A complexidade da atividade bancária	49
1.2.1.1 Estrutura de capital diferenciada.....	50
1.2.1.2 Opacidade de ativos	51
1.2.1.3 Menor transparência e recrudescimento da assimetria de informações	53
1.2.1.4 Combinação e extensão únicas de riscos corridos	55
1.2.2 A multiplicidade e magnitude de partes interessadas (<i>stakeholders</i>): apetites a risco conflitantes e desafios ao monitoramento	57
1.2.2.1 Alta administração	59
1.2.2.2 Acionistas.....	63
1.2.2.3 Credores	67
1.2.2.4 Trabalhadores.....	72
1.2.2.5 Demais instituições financeiras	73
1.2.2.6 Entidades de seguro-garantia de crédito bancário.....	74
1.2.2.7 Fisco (contribuintes)	76
1.2.2.8 Reguladores (e supervisores): classificação dúbia como partes interessadas e sua interferência como mais um atuante a impactar o desempenho do banco	78
1.2.3 Maior nível de regulação	80

1.2.4	Não extensão automática da governança corporativa dos bancos para organizações não bancárias.....	84
1.3	CONTRIBUIÇÕES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS.	85
1.4	FONTES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS.....	89
2	A GOVERNANÇA CORPORATIVA DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008	94
2.1	IMPACTO DA CRISE DE 2008 NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS: PANORAMA GERAL	94
2.2	FALHAS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS (E FINANCEIRAS) EVIDENCIADAS PELA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008	107
2.2.1	Falhas nas práticas de governança relacionadas à gestão de risco.....	109
2.2.2	Sistemas de remuneração e incentivos: incentivos fortes à assunção de risco .	111
2.2.3	Deficiências nas práticas e qualificações do conselho de administração.....	112
2.2.4	Passividade de acionistas e a crítica ao fundamento da vertente de <i>shareholder-oriented</i> como falha de governança corporativa evidenciada pela crise de 2008.....	116
2.3	A DIVERGÊNCIA QUANTO À REAL EXTENSÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (E BANCÁRIAS) PARA A CRISE	121
2.4	PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES A ELES CORRELATAS DO COMITÊ DE BASELEIA EM MATÉRIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS APÓS A CRISE DE 2008.....	127
2.4.1	O Comitê de Basileia e a governança corporativa de bancos	127
2.4.2	Princípios indicados pelo Comitê de Basileia em 2010	135
2.4.2.1	Práticas do Conselho.....	138
2.4.2.2	Alta gestão (<i>senior management</i>)	142
2.4.2.3	Gestão de risco e controles internos.....	143

2.4.2.4	Remuneração.....	155
2.4.2.5	Estruturas corporativas complexas ou opacas	159
2.4.2.6	Divulgação e transparência	160
2.4.2.7	Destaques da evolução dos princípios de 2006 para 2010.....	161
2.4.3	Princípios indicados pelo Comitê de Basileia em 2015	165
2.4.4	Observações da evolução dos princípios e recomendações de práticas de tópicos selecionados em função da crise de 2008.....	178
3	PONTOS DE MECANISMOS INTERNOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ESTIMULADOS PELA CRISE DE 2008 E CONSIDERAÇÕES SOBRE FONTES NO BRASIL.....	183
3.1	INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO.....	183
3.2	PROPÓSITO A SER PERSEGUIDO PELOS CONSELHEIROS NO DIRECIONAMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE BANCOS...	187
3.3	QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS: CONHECIMENTO E/OU EXPERIÊNCIA BANCÁRIA NECESSÁRIA AO CONSELHO	193
3.4	INSTAURAÇÃO DE COMITÊ DE RISCO	201
3.5	ESTABELECIMENTO DE UM <i>CHIEF RISK OFFICER</i> (CRO).....	211
3.6	POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO E INSTAURAÇÃO DE COMITÊ DE REMUNERAÇÃO: RELACIONAMENTO COM O RISCO	224
	CONCLUSÃO	242
	BIBLIOGRAFIA	245

INTRODUÇÃO

A governança corporativa, desde seu surgimento como objeto de estudo, vem sendo estimulada pela ocorrência de crises, as quais, ao mesmo tempo em que reforçam sua importância, destacam caminhos para seu aprimoramento. A crise financeira mundial de 2008¹ não foi, nesse sentido, diferente. De fato, quando seus efeitos começaram a ser mais abruptamente sentidos, muitos estudiosos voltaram-se de maneira mais detida à análise das práticas vigentes de governança corporativa das organizações empresariais, identificando suas possíveis falhas e futuros aperfeiçoamentos.

Não obstante essa consequência frequentemente observada em crises em geral, a de 2008 tem um notável traço distintivo nesse campo: uma vertente especial de análise foi dedicada à governança corporativa de bancos. Com efeito, a crise de 2008 representou um estímulo ao estudo e às considerações específicas da governança corporativa de referidas instituições, com a maior aceitação de sua especialidade e da necessidade de configurações peculiares (ou mais ênfase) de mecanismos para a efetiva direção, monitoramento e incentivo daquelas, considerada sua importância decorrente do impacto, tanto positivo quanto negativo, de suas atividades para a economia como um todo. É justamente para a identificação e descrição desse estímulo que a presente dissertação se volta, notadamente quanto à sua perspectiva interna (ou seja, de mecanismos internos²) da governança dos bancos, buscando-se adicionalmente situar, de maneira abstrata, a governança corporativa dos bancos do Brasil no âmbito de discussões que decorreram de referido período histórico e, assim, contribuir para o desenvolvimento do tema no contexto nacional.

Para o atendimento desse objetivo, a presente dissertação se valerá da análise de doutrina especialmente dedicada à governança corporativa de instituições bancárias, com destaque à produzida por autores do contexto anglo-saxão por representarem a maior

¹ O período exato abrangido pela referida crise é assunto controverso e sua delimitação é metodologicamente necessária em estudos empíricos. Na presente dissertação, em que não há pretensão em se realizar estudos empíricos, faremos referência ao ano de 2008 por se alinhar à maior parte da doutrina utilizada e referenciada em seu decorrer, bem como por representar um ano em que a existência de uma crise grave e com extensões territorialmente vastas ficou patente. Ilustra essa assertiva o apontamento do relatório “Financial Crisis Inquiry Commission Report”, segundo o qual a *full-blown crisis* ocorreu no outono de 2008 (Financial Crisis Inquiry Commission, **Financial Crisis Inquiry Report – Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States**, jan. 2011, p. xvi. Disponível em: <<https://fcic.law.stanford.edu/report>>. Acesso em: 27 set. 2016). Observa-se, contudo, que é comum também a referência ao início da crise no ano de 2007, bem como é frequente nomeá-la por “crise financeira mundial”.

² Os delineamentos dos mecanismos internos de governança corporativa serão abordados no item 1.1.4 do primeiro capítulo.

incidência de estudos na matéria, até mesmo em função de se situarem no epicentro da crise financeira de 2008. Serão referenciados também relatórios e documentos oficialmente publicados por organismos multilaterais e governos que se dedicaram ao assunto. Nesse contexto, reforçamos que nosso objetivo não é discutir se e como as deficiências da governança corporativa contribuíram para a crise, mas revelar o estímulo que esta proporcionou à análise e aprimoramento da governança corporativa interna dos bancos, explicitando-se, ademais, que não há pretensão de se realizar estudos empíricos, mas sim um estudo descritivo de natureza bibliográfica adstrito ao objeto eleito. Nesse ponto, destacamos também que não serão aprofundados aspectos de regulação sistêmica e prudencial ou mesmo de supervisão bancária, embora tenham sido largamente estimuladas pela crise de 2008, na medida em que nosso foco se situa nos limites da governança corporativa interna de instituições bancárias. Ainda, cabe salientar a lente de profissional do direito que é inevitavelmente utilizada pela autora, motivo pelo qual uma atenção especial será dedicada aos aspectos afetos às fontes de normas de governança corporativa, ainda que não vinculativas, e suas respectivas exegeses.

Com esse objetivo e foco de análise, a presente dissertação está estruturada em três capítulos e uma posterior conclusão, além da presente introdução. No primeiro capítulo, serão inicialmente apresentados breves delineamentos no tocante à governança corporativa geral, já que governança corporativa é um assunto complexo, com múltiplas definições, fazendo-se necessário situar os aspectos pressupostos ao desenvolvimento desta dissertação. Ainda nesse diapasão, após a apresentação de delineamentos gerais, adentraremos mais precisamente na governança corporativa específica de bancos, enfatizando por que e em que medida podemos destacá-la da governança corporativa de outras espécies de organizações.

Feito esse enquadramento, passaremos, no capítulo 2, a analisar mais propriamente o estímulo provocado pela crise de 2008 à governança corporativa de instituições bancárias. Com esse intuito, destacaremos suas falhas no contexto da crise como apontadas por relatórios oficiais publicados, na medida em que, até por sequência lógica, se parte da evidenciação destas para se buscar o aprimoramento daquela. Em seguida, analisaremos a evolução das proposições do Comitê de Basileia na matéria, conforme expostas em documentos específicos ao assunto. A escolha da apresentação de referidas proposições do Comitê de Basileia pauta-se em três principais justificativas: em primeiro lugar, pelo fato de que, não obstante não sejam vinculativas, são ponderações que possuem elevada autoridade em seu conteúdo, sendo internacionalmente consideradas (o que é com frequência chamado

de *soft law*, como abordaremos ao longo da presente dissertação); em segundo, por ser fruto do trabalho de profissionais da supervisão bancária, e demais colaboradores de instituições financeiras, de diversas jurisdições e que expressamente extraem princípios e boas práticas abstraindo as diferenças normativas existentes dentre os variados países que integram referido órgão – muito embora, ressalve-se, o enfoque seja tipicamente de supervisão bancária, ou seja, notadamente voltada à estabilidade financeira que, embora não seja a única vertente possível de ser adotada para a abordagem da governança corporativa, foi, no mais, a de especial destaque no contexto da crise; e, em terceiro, por se tratar de um órgão que se volta ao estudo específico da governança corporativa de bancos desde antes da crise de 2008, ofertando assim um profícuo guia adequado ao nosso propósito de identificar o impacto provocado por aquela nesse tocante.

Na sequência, no capítulo 3, situaremos o Brasil no contexto objeto de nosso estudo por meio da análise de fontes nacionais abstratas de governança corporativa *vis-à-vis* as recomendações do Comitê de Basileia em tópicos selecionados em função do quanto percorrido tanto no primeiro quanto no segundo capítulos. Permeia o terceiro capítulo a concepção de que as fontes abstratas de governança corporativa, conforme desenvolvido no decorrer desta dissertação, trazem patamares mínimos para o desenvolvimento da governança corporativa concreta das instituições bancárias, sendo também nessa medida um importante fator de sua propagação e, assim, merecedoras de análise.

Por fim, concluiremos a presente dissertação apresentando os principais estímulos identificados em nosso objeto em função da crise de 2008, bem como as observações decorrentes do estudo realizado no que se refere ao Brasil.

Antes de passarmos aos capítulos anteriormente descritos, entretanto, é necessário esclarecer um aspecto terminológico do objeto em análise, a saber, o que entendemos, para os efeitos deste trabalho, por “instituições bancárias” e por “banco”, expressões que serão aqui adotadas como sinônimas. De fato, a definição de instituição bancária ou de banco não é unívoca em doutrina nacional ou estrangeira³. Como uma espécie de instituição financeira, a depender do ramo de conhecimento (especialmente, economia ou direito⁴), bem como o

³ Nesse sentido, por exemplo: SADDI, J. **Crise e regulação bancária**: navegando mares revoltos. São Paulo: Textonovo, 2001 (“a definição de banco é espinhosa”, op. cit. p. 27); CARVALHO, F. C. de. et al. **Economia monetária e financeira**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 253-254; BINNIE, R. **Transparência dos bancos**. São Paulo: Almedina, 2011, p. 13.

⁴ A definição de instituições financeiras – dos quais os bancos são uma espécie – no ordenamento jurídico brasileiro tem como norte legal o artigo 17 da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (“Lei 4.595/1964”): “Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas

objetivo do autor que analisa, diversas demarcações de tipologia podem ser apresentadas⁵. O aprofundamento dessa definição ou classificação não é objetivo do presente trabalho,

ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros./ Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual”. A redação de referido artigo é comumente criticada por sua amplitude desmesurada (por exemplo, SALOMÃO NETO, E. **Direito bancário**. 2. ed, rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014, p. 16), de modo que, se interpretada literalmente, deixaria poucas atividades de fora de seu alcance. Com efeito, referido dispositivo legal deve e é interpretado de forma mais elaborada, vislumbrando-se a necessidade de que os atos de captação e aplicação de recursos sejam cumulativos para se caracterizar a atividade financeira enunciada por mencionada lei. Ademais, costuma-se pontuar a necessária habitualidade e o intuito de lucro, ou sua economicidade, da atividade exercida. A exegese da referida lei é enfrentada por autores como: SALOMÃO NETO, op. cit.; WALD, A. A evolução do conceito de instituição financeira. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 8, n. 28, abr.-jul. 2005, p. 211-229; PINTO, G. M. A. **Regulação sistêmica e prudencial no setor bancário brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2015, p. 113-116; COVAS, S.; CARDINALI, A. L. **O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: atribuições e jurisprudência**. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 255-256 (abordando decisões do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional que se valeram da definição de instituição financeira), dentre outros. Definido nosso objeto tal qual esclarecido no texto, não pretendemos tecer maiores considerações quanto à definição legal de instituição financeira no Brasil, até porque a presente dissertação contará com considerações advindas da experiência internacional que prescinde do delineamento exato de nossa definição legal de instituição financeira (e das espécies consubstanciadas nos bancos). Ainda nesse âmbito, é salutar observar que o Banco Central do Brasil, ao explicar as informações que divulga trimestralmente sobre o Sistema Financeiro Nacional, conceitua como instituições bancárias: instituições financeiras do tipo banco com carteira comercial, com carteira de investimento, bancos múltiplos (os quais devem ter ao menos ou a carteira comercial, ou a de investimento, necessariamente), caixa econômica, com carteira de desenvolvimento (só para bancos públicos) e cooperativas de crédito (disponível em <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/esc_met.asp>. Acesso em: 28 nov. 2016). Ainda que não unânime, já que, por exemplo, o economista Alexandre Assaf Neto classifica como “instituições bancárias” apenas aquelas com carteira comercial (ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 48-49), essa classificação do Banco Central do Brasil alinha-se à nossa definição, destacando-se, entretanto, que nuances afetas a cooperativas de crédito não estão abarcadas no objeto do presente trabalho, ainda que estas sejam consideradas instituições bancárias. Faz-se esse corte pelo fato de que análises específicas a cooperativas de crédito não foram feitas pela literatura e estudos de organismos internacionais *vis-à-vis* a crise de 2008, além de apresentarem desafios muito próprios de governança corporativa por sua qualidade de cooperativismo, os quais podem ser estudados por meio de estudos e cartilhas específicos para essas entidades, pelo que nos remetemos a: VENTURA, E. C. F. et al. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009. 256 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016; BCB. **Governança cooperativa: diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito**. Brasília, ago. 2008. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/diretrizesVersaoSint%C3%A9tica.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016; e MEINEN, Ê. **Cooperativismo Financeiro: Virtudes e Oportunidades**. Ensaio sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Brasília: Confabras. 2016. Também é de se observar que bancos públicos, pela condição de públicos, também não são destacados para análise singular, seja por não ensejarem pontos específicos evidenciados pela crise de 2008, seja por também terem desafios próprios para além da atividade bancária em si e que merecem trabalho monográfico apartado.

⁵ Com essa mesma observação e procedendo a uma revisão literária: PINTO, G. M. A. **Regulação sistêmica e prudencial no setor bancário brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2015, p. 117-122. Destacamos: “[a]tualmente é possível encontrar, nas obras dedicadas ao tema, uma variedade de formas de classificação das instituições financeiras atuantes no SFN. Essas diferentes formas de classificação estão relacionadas ao conceito de instituição financeira presente em certos diplomas legais – notadamente a Lei 4.595/1964 –, bem como a análise de aspectos determinantes nas atividades desempenhadas por tais entidades, tarefa esta não raro influenciada pela formação jurídica ou econômica daquele que pretende apresentar o esquema de classificação. Dessa forma, é possível encontrar juristas que partem de uma interpretação literal dos dispositivos legais para classificar os tipos de instituição financeira, enquanto economistas tendem a privilegiar aspectos comuns às atividades desempenhadas por cada qual delas”.

bastando estipular, no âmbito deste posicionamento introdutório, que o que se busca é abarcar instituições de intermediação financeira que captem a poupança popular – notadamente por meio de depósito bancário à vista⁶ ou a prazo – e, por meio de operações ativas bancárias, repassem recursos a tomadores, bem como financiem atividades (de especial importância, a produtiva) sem finalidade específica. Com essa estipulação, buscamos nos alinhar às observações que serão extraídas a partir de colocações de nosso tema no plano internacional (e, portanto, não restritas às definições da legislação brasileira e demais normas infralegais decorrentes).

Não obstante este foco, deve-se ressaltar que muitas assertivas e reflexões podem ser estendidas a instituições financeiras em sentido mais amplo (e não só às espécies mencionadas que captam depósitos e financiam sem finalidade específica), motivo pelo qual utilizaremos em alguns pontos o termo “instituição financeira”, especialmente no capítulo terceiro, que se volta a analisar fontes de governança corporativa no Brasil em tópicos selecionados, havendo referências a normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil que, por muitas vezes, abrangem mais instituições financeiras que não apenas as selecionadas para a investigação da presente dissertação (inclusive, em alguns casos, mais do que “instituições financeiras”, mas “instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”). Nessa direção, inclusive, é importante ressaltar que, como decorrência do foco na atividade bancária tal como selecionada, as análises de fontes normativas serão especialmente voltadas às emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, ainda que se faça referências a outras espécies de normas.

Feitos esses esclarecimentos, passaremos agora ao primeiro capítulo, que se inicia com o delineamento de aspectos gerais da governança corporativa.

⁶ No Brasil, possível especificamente para caixas econômicas, banco cooperativos, cooperativas de crédito e para instituições que contem com carteira comercial. Para um detalhamento das carteiras e permissões para captação de recursos no Brasil, ver SALOMÃO NETO, op. cit., p. 66-81. Para uma revisão da doutrina no tocante à tipologia das instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional, v. PINTO, op. cit., p. 117-118.

CONCLUSÃO

Como decorre do quanto exposto na presente dissertação, a governança corporativa de instituições bancárias foi estimulada pela crise de 2008 por meio da identificação de falhas das práticas observadas nos bancos nela envolvidos, resultando no reconhecimento mais amplo de que aquela é (ou deve ser) especial quando comparada à governança corporativa de demais organizações empresariais. Essa constatação deu-se inclusive em contextos especialmente *shareholder-oriented*. Com efeito, mesmo nesses ambientes, a necessidade de cuidado com os interesses dos *stakeholders* do setor bancário é patente, relacionada à necessária estabilidade do sistema financeiro. Como consequência, por exemplo, tem-se que a métrica de avaliação da governança corporativa dos bancos e seu desempenho devem ser refletidas de forma diversa do que pode ocorrer com outras organizações, não se valendo unicamente de parâmetros como maior retorno ao acionista evidenciado pelo preço de suas ações.

Também relacionada a tal reconhecimento, a crise de 2008 provocou uma profusão em diversas jurisdições de normas tanto com força cogente quanto recomendatórias a tratarem de aspectos de governança corporativa de bancos, ora no sentido da ênfase necessária a determinados mecanismos já reconhecidos como importantes, ora com o surgimento de novas recomendações de estruturas.

Voltando-nos à análise dos princípios e recomendações de governança corporativa para bancos enunciados pelo Comitê de Basileia, constata-se que existiam manifestações e apontamentos gerais de muitos dos pontos que foram identificados como falhos na crise de 2008, notadamente no tocante às políticas de remuneração. A crise evidenciou o quanto essas manifestações e apontamentos não estavam sendo praticados, bem como estimulou que houvesse seu aprimoramento mais em detalhes. Nesse mesmo sentido, reforçou-se o papel – do ponto de vista de supervisão bancária de referido Comitê – da governança corporativa com relação à proteção dos depositantes. Especialmente relevante quanto às estruturas internas de governança corporativa de bancos, a crise estimulou a ênfase e surgimento de novas recomendações no tocante ao comitê de risco no âmbito do conselho de administração, buscando-se que haja análises detidas e com expertise necessária quanto aos riscos da específica instituição – ponto muito sensível aos bancos –, bem como à adoção de um *Chief Risk Officer* (CRO) – estrutura para que haja uma função de gestão de risco com autoridade

suficiente, respeitabilidade, independência, recursos, visão global e acesso ao conselho. Com efeito, essas duas estruturas ganharam especial força em decorrência do que se observou na referida crise financeira.

Comparando as recomendações do Comitê de Basileia e fontes de governança corporativa no Brasil em tópicos selecionados em função do quanto discorrido com relação à crise, constatou-se que a governança corporativa de bancos no Brasil, abstratamente considerada, encontra-se, de modo geral, em grande parte aderente aos referidos princípios e práticas internacionais. Isso ocorre notadamente em função do quadro mínimo de governança corporativa instaurado pelas normas legais e regulatórias existentes (com vigência analisada até a data de 17 de novembro de 2016). Com efeito, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil são atuantes na indicação de estruturas mínimas que permitem a assertiva acima realizada.

As oportunidades para melhorias (ou atenção específica para os casos concretos) nos tópicos analisados são de três ordens. A primeira refere-se à instauração de comitê de risco que, até em sintonia com o fato de que conselhos de administração em si não são em regra estruturas obrigatórias por determinação de normas jurídicas de *hard law* no Brasil, não contam com previsões ou recomendações mais elaboradas para o específico caso bancário. Especial cuidado deve ser dedicado à relação e distribuição de atribuições entre o referido comitê de risco e os (em alguns casos obrigatórios), comitês de auditoria e de remuneração.

A segunda relaciona-se à complexidade regulatória de estrutura de gerenciamento de risco que, no quadro jurídico vigente, conta com cinco resoluções a determinarem separadamente a existência de diretores responsáveis por cinco espécies de riscos diferentes. Nesse sentido, ainda que possa trazer flexibilidade para o desenho da governança corporativa de bancos – um primado da governança corporativa geral –, e não haja proibição da indicação de um único diretor para todos os referidos riscos, por outro lado pode desincentivar que haja cuidado com o possível estabelecimento de um CRO que atue no âmbito da função executiva da alta administração com visão holística e integrada.

A terceira situa-se no tocante à política de remuneração, a qual, muito embora se alinhe em larga medida às recomendações internacionais, precisa ser cuidadosamente considerada para abarcar pessoas abaixo da alta administração que também podem assumir riscos substanciais para a instituição – um espectro não tão evidenciado pelas fontes brasileiras analisadas, havendo assim margem para maiores desenvolvimentos.

Por fim, a título de conclusão, é salutar reforçar que a governança corporativa dos bancos *vis-à-vis* outras organizações demanda especialidade, motivo pelo qual os mecanismos daquela não devem ser estendidos a outras espécies de organizações sem uma análise crítica, notadamente no tocante à intervenção regulatória, ainda que avanços em pontos como a gestão de risco possam servir de modelo para outras organizações de tamanho e complexidade similares que se situem fora do setor bancário.

BIBLIOGRAFIA

- ABBC (Associação Brasileira de Bancos) e Centro de Estudos de Governança da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras – Fipecafi. **Cartilha de governança corporativa**. 2009. Disponível em: <http://www.abbc.org.br/ADM/publicacoesconfig/uploads/30333550179494052001_ABBC_Cartilha_Governanca_Corporativa.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- ABRÃO, Nelson. **Direito bancário**. 12. ed. atual. por Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ABRASCA. **Código Abrasca de autorregulação e boas práticas das companhias abertas**. 2011, p. 4. Disponível em: <http://www.abrasca.org.br/Uploads/autoregulacao/codigo_Abrasca_de_Autorregulacao_e_Boas_Praticas_das_Companhias_Abertas.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
- ABREU, Jorge Manuel Coutinho de. **Governança das sociedades comerciais**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.
- ACCA (Association of Chartered Certified Accountants). Shareholder Primacy in UK Corporate Law: An Exploration of the Rationale and Evidence. **Research Report 125**, 2011. Disponível em: <<http://www.accaglobal.com/content/dam/acca/global/PDF-technical/business-law/rr-125-001.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016.
- ACCA (Association of Chartered Certified Accountants). **Corporate Governance and the Credit Crunch**. Disponível em: <http://www.accaglobal.com/content/dam/acca/global/PDF-technical/corporate-governance/cg_cc.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.
- ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A** (e as ações correlatas). São Paulo, Saraiva, 2009.
- ADAMS, Renée; MEHRAN, Hamid. Is Corporate Governance Different for Bank Holding Companies? **FRBNY Economic Policy Review**, Apr. 2003, p. 123-142. Disponível em: <https://www8.gsb.columbia.edu/leadership/sites/leadership/files/Is_Corporate_Go

vernance_Different_For_Bank_Holding_Companies.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016. 2003a.

_____. Bank board structure and performance: Evidence for large bank holding companies. **Journal of Financial Intermediation**, n. 21, 2012, p. 243-267. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S1042957311000398/1-s2.0-S1042957311000398-main.pdf?_tid=fc49c272-b0ff-11e6-b2b5-00000aab0f02&acdnat=1479852597_5efd683c307d933c616be460fed6cd04>. Acesso em: 22 nov. 2016.

AEBI, Vincent; SABATO, Gabriele; SCHMID, Markus. Risk management, corporate governance, and bank performance in the financial crisis. **Journal of Banking & Finance**, n. 36, 2012, p. 3213-3226. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S0378426611003104/1-s2.0-S0378426611003104-main.pdf?_tid=a3111ec4-b101-11e6-9c1e-00000aab0f27&acdnat=1479853307_36b3580a0b6caf0da50f8672855a29ce>. Acesso em: 22 nov. 2016.

AHRENS, Luis Roberto. Breves considerações sobre a função social da empresa. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 85, fev. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8936>. Acesso em: 9 jul. 2015.

ALEXANDER, Kern. Corporate Governance and Banking Regulation: The Regulator as Stakeholder. **CERF Research Programme in International Financial Regulation Working Paper 17**, June 2004. Disponível em: <<http://www.cfap.jbs.cam.ac.uk/publications/downloads/wp17.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ALVES, Carlos André de Melo; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Análise do nível de divulgação do risco operacional segundo recomendações do Comitê da Basileia: estudo em bancos do país e do exterior. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 2, mar.-abr. 2009. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/390>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ALVES, Carlos André de Melo; MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. Governança corporativa e divulgação das atribuições de ouvidorias: um estudo em

- instituições bancárias públicas e privadas à luz da regulamentação brasileira. **XXXIV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, RJ, 25 a 29 set. 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eso2781.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- ALVES, Carlos André de Melo; MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. Governança corporativa, responsabilidades dos órgãos de controle e ouvidorias: estudo em bancos no Brasil. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 90, set.-dez. 2014. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2340/0>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- AMARAL, José Romeu Garcia do. **Regime jurídico das debêntures**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2016.
- AMEC. **Código Amec de princípios e deveres dos investidores institucionais – Stewardship**. Disponível em: <<http://www.amecbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Codigo-Amec-de-Principios-e-Deveres-dos-Investidores-Institucionais-Stewardship-3.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- ANBIMA. **Basileia III no Brasil**. Atual. 30 mar. 2016. Disponível em: <http://www.anbima.com.br/informe_legislacao/2013_015.asp> Acesso em: 30 out. 2016.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2014.
- ARAGÃO, Lindenberg Araújo; PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Governança corporativa no setor bancário brasileiro: um estudo sobre as práticas dos conselhos de administração. **XXXIV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, RJ, 25 a 29 set. 2010.
- ARAÚJO, Antonio Maria H. B.; MENDES, Paulo César de M.; LUSTOSA, Paulo Roberto B. Governança corporativa no Brasil: contraste de práticas entre instituições financeiras e instituições não financeiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.8, n. 2, p. 64-83, abr.-jun. 2012.
- ASHCRAFT, Adam B.; BLEAKLEY, Hoyt. Federal Reserve Bank of New York. **Staff Report n. 257**, 2006. Disponível em: <https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr257.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de dinheiro**: aspectos penais e processuais penais: comentários à Lei 9.613, com alterações da Lei 12.683/2012. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

BAINBRIDGE, Stephen. **Corporate Governance after the Financial Crisis**. New York: Oxford University Press, 2012.

BAIR, Sheila. **Lessons of the Financial Crisis**: The Dangers of Short-Termism. 4 July 2011. Disponível em: <<https://corpgov.law.harvard.edu/2011/07/04/lessons-of-the-financial-crisis-the-dangers-of-short-termism/>>. Acesso em: 24 set. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil é convidado a participar de importantes fóruns internacionais**. 13 mar. 2009. Disponível em: <[http://noticias.i3gov.planejamento.gov.br/noticias/pesquisa.xhtml?b=convite%20Comit%EA%20da%20Basileia+fontes:\(\)+perfis_facebook:\(\)+perfis_twitter:\(\)+canais:\(\)&q=0&o=0&e=0](http://noticias.i3gov.planejamento.gov.br/noticias/pesquisa.xhtml?b=convite%20Comit%EA%20da%20Basileia+fontes:()+perfis_facebook:()+perfis_twitter:()+canais:()&q=0&o=0&e=0)>. Acesso em: 24 set. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BC coloca em audiência pública proposta e norma sobre remuneração de executivos de instituições financeiras**. 1 fev. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=2440&idpai=NOTICIAS>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Glossário**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=1406&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Governança cooperativa**: diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito. 2008. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/DiretrizesVersaoCompleta.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. **Relatório de estabilidade financeira**. Abr. 2016. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2016_04/refReg.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

BANZAS, Manoel S. **Governança corporativa no setor bancário**: evolução recente no mercado brasileiro. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto COPPEAD de Administração, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

- BCBS. **Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems**. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs189.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring**. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs188.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Compensation Principles and Standards Assessment Methodology**. Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs166.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- _____. **Enhancing bank transparency**, Sep. 1998. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs41.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations**, 1999. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbssc138.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.
- _____. **Enhancing corporate governance for banking organisations**, Feb. 2006. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs122.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- _____. **Framework for internal control systems in banking organisations**, Sep. 1998. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs40.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Global systemically important banks: updated assessment methodology and the higher loss absorbency requirement**. July 2013. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs255.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- _____. **Guidelines – Corporate governance principles for banks**. 2015. Disponível em: <<http://www.bis.org/bcbs/publ/d328.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- _____. **Pillar 3 disclosure requirements for remuneration**. Jul. 2011. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs197.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- _____. **Principles for enhancing corporate governance**, Oct. 2010. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs176.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- _____. **Principles for Sound Stress Testing Practices and Supervision**, May 2009. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs155.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Principles for the management of credit risk: consultative document**, July 1999. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs54.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

- _____. **Principles for the management of interest rate risk**, 2004. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs108.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Principles for the management of interest rate risk**, Sep. 1997. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs29a.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- _____. **Principles of the sound management of operational risk**. July 2011. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs195.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BEAUCHAMP, Tom; BOWIE, Norman. **Ethical Theory and Business**. 6. ed. Londres: Prentice Hall, 2001.
- BEBCHUK, Lucian; SPAMANN, Holger. Regulating Bankers' Pay. **The Georgetown Law Journal**, v. 98, 2010, p. 247-287.
- BECHER, David A.; FRYE, Melissa B. **Does regulation substitute or complement governance?** Nov. 2008. Disponível em: <<http://fic.wharton.upenn.edu/fic/papers/08/0816.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate Governance and Control. **ECGI Working Paper Series n. 02/2002**, atual. ago. 2005. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan033582.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Why bank governance is different. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 27, n. 3, 2012, p. 437-463, p. 438. Disponível em: <http://www.ecgi.org/tcgd/2012/documents/Becht_Bank_Governance.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.
- BELTRATTI, Andrea; STULZ, René M. Why Did Some Banks Perform Better During the Credit Crisis? A Cross-Country Study of the Impact of Governance and Regulation. **NBER Working Paper n. 15180**, July 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w15180.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BERTOLDI, Marcelo M. O poder de controle na sociedade anônima: alguns aspectos. **Revista de Direito Mercantil**, Ano XXXIX, n. 118, abr.-jun. 2000, p. 62-87.
- BETTARELLO, Flávio Campestrin. **Governança corporativa: fundamentos jurídicos e regulação**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

- BETTER MARKETS. 9 Jan. 2015, p. 13-14. Disponível em: <<https://www.bettermarkets.com/sites/default/files/documents/BIS-%20BCBS-%20CL-%20Corporate%20Governance%20Principles%20for%20Banks%201-9-15.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.
- BINNIE, Ricardo. **Transparência dos bancos**. São Paulo: Almedina, 2011.
- BITTENCOURT, Cezar Roberto; BREDÁ, Juliano. **Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.
- BLAIR, Margaret. The Role of Employees in Corporate Governance. Third Southeastern Europe Corporate Governance Roundtable. Disponível em: <www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/2482851.ppt>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BLISS, Robert R. Market discipline and subordinated debt: A review of some saliente issues. **Federal Reserve Bank of Chicago Economic Perspectives**, First Quarter, 2001, p. 24-45. Disponível em: <<http://users.wfu.edu/blissrr/PDFs/Bliss%20-%202001,%20FRB-C%20EP%20-%20Market%20Discipline.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- BNP PARIBAS. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs168/bnp.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- BRASIL ECONÔMICO. **Bônus menos não assusta grandes bancos**. 9 fev. 2010, p. 38 - 39.
- CADBURY, Adrian. **Report of the Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance**. London, Dec. 1992. Disponível em: <<http://cadbury.cjbs.archivos.info/report>>. Acesso em: 11 jul. 2015.
- CÂMARA, Paulo et. al. **A governação de bancos nos sistemas jurídicos lusófonos**. Coimbra: Almedina, 2016.
- CÂMARA, Paulo. O governo societário dos bancos – em particular, as novas regras e recomendações sobre remuneração na banca. In: CÂMARA, Paulo; MAGALHÃES, Manuel (Coords.). **O novo direito bancário**. Coimbra: Almedina, 2012.
- CANDELORO, Ana Paula Pinho; RIZZO, Maria Balbina Martins de; PINHO, Vinicius. **Compliance 360: riscos, estratégias, conflitos e vaidades no mundo corporativo**. 2. ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2015.

- CAPELLETTO, Lúcio Rodrigues. **Aspectos regulatórios e expectativas da supervisão.** Fórum de debates: Remuneração dos administradores de instituições financeiras. IBGC, 5 jun. 2014, p. 21. Disponível em: http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Lucio_Capelletto.pdf. Acesso em: 18 dez. 2016.
- CAPRIO JR., Gerard; LEVINE, Ross. **Corporate Governance in Finance: Concepts and International Observations.** 2002. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/corporategover_finance.pdf. Acesso em: 20 ago. 2016.
- CAPRIO, Gerard et al. (Ed). **The Future of State-Owned Financial Institutions.** Washington: The Brookings Institution, 2004.
- CAPRIO, Gerard; LAEVEN, Luc; LEVINE, Ross. **Governance and Bank Valuation,** 2004. Disponível em: <http://apps.olin.wustl.edu/jfi/pdf/CaprioLaevenLevine.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. O Banco Central como prestador de última instância: mão quase invisível ao sustentar os mercados. **Revista OIKOS**, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2012, p. 217-239. Disponível em: <http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/313/176>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- CARVALHO, Estêvão Prado de Oliveira. **A reponsabilidade dos administradores de instituições financeiras frente aos credores.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CARVALHO, Fernando Cardim de et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas.** 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.
- _____. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 3.
- CASTILHO, Zhara Helou Ribeiro de. Relação entre a remuneração de executivos e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros de capital aberto. **XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.** São Paulo, SP, 29 a 31 jul. 2015.

- CEREZETTI, Sheila Christina Neder. **A recuperação judicial de sociedade por ações: o princípio da preservação da empresa na Lei de Recuperação e Falência**. São Paulo: Malheiros, 2012.
- CHEFFINS, Brian R. The Corporate Governance Movement, Banks and the Financial Crisis. **Theoretical Inquiries in Law**, 16 (1), 2015, p. 1-44, p. 15.
- CHEFFINS, Brian R. Did Corporate Governance “Fail” During the 2008 Stock Market Meltdown? The Case of the S&P 500. **ECGI Law Working Paper** n. 124/2009, July 2009. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1396126&rec=1&srcabs=959443>. Acesso em: 27 out. 2016.
- CHENG, Mei; DHALIWAL, Dan; NEAMTIU, Monica. Banks’ Asset Securitization and Information Uncertainty. 2009. Disponível em: <<http://capana.net/download/2009papers/Mei%20Cheng.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- CIANCANELLI, Penny; REYES-GONZALEZ, José A. **Corporate Governance in Banking: A Conceptual Framework**. 2000. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=253714>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- COATES IV, John. C. **Corporate Governance and the Financial Crisis**. Disponível em: <http://www.law.columbia.edu/center_program/law_economics/conferences/financialcrisis>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- COIMBRA, Fabio. **Estrutura de governança corporativa e gestão de riscos: um estudo de casos no setor financeiro**. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto: **O poder de controle na sociedade anônima**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- CONWAY, Edmund. **IMF puts total cost of crisis at £7.1 trillion**. Telegraph. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/banksandfinance/5995810/IMF-puts-total-cost-of-crisis-at-7.1-trillion.html>>. Acesso em: 7 set. 2016.

- COSTA, Luiz Felipe Duarte Martins. **Contribuição ao estudo da responsabilidade civil dos administradores de companhias abertas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- COSTA, Tiago Alves; FAMÁ, Rubens; SANTOS, José Odálio dos. **Serão as boas práticas de governança corporativa complemento ou substituto da regulamentação imposta à indústria bancária?** Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=237>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- COUNTERPATY RISK MANAGEMENT POLICY GROUP III. **Containing Systemic Risk: The Road to Reform**, Aug. 2008, p. 9-12, 71-74, 77-101. Disponível em: <<http://www.crmpolicygroup.org/>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- COVAS, Silvânio; CARDINALI, Adriana Laporta. **O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: atribuições e jurisprudência**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- DANTAS, José Alves et al. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, jan.-abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34307>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- DeANGELO, Harry; STULZ, René M. **Why High Leverage is Optimal for Banks?** 2013. Disponível em: <<http://fic.wharton.upenn.edu/fic/papers/13/13-20.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- DELOITTE UNIVERSITY PRESS. **Global risk management survey, eighth edition – Setting a higher bar**. 2013, p. 20. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/Financial-Services/dttl-fsi-us-fsi-aers-global-risk-management-survey-8thed-072913.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- DELOITTE UNIVERSITY PRESS. **Global risk management survey, ninth edition – Operating in the new normal: Increased regulation and heightened expectations**. 2015, p. 19. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ru/Documents/financial-services/ru-global-risk-management-survey-9th-edition.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

- DERMINE, Jean. Bank Corporate Governance, Beyond the Global Banking Crisis. In: **INSEAD Faculty & Research Working Paper**. Mar. 2011. Disponível em: <<http://sites.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cfm?did=47338>>. Acesso em: 25 nov. 2016.
- DEVRIESE, Johan et al. Corporate Governance, regulation and supervision. **National Bank of Belgium, Financial Stability Review**, 2004. Disponível em: <https://www.nbb.be/doc/oc/repec/fsrart/fsr_2004_en_95_120.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- DOBBS, Kevin. Crisis Casts Bank Boards As Activists. **American Banker**, 14 July 2008. Disponível em: <<https://www.highbeam.com/doc/1G1-181283373.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- ERKENS, David H.; HUNG, Mingyi; MATOS, Pedro. Corporate governance in the 2007-2008 financial crisis: Evidence from financial institutions worldwide. **Journal of Corporate Finance** **18**, 2012, p. 389-411. Disponível em: <http://www.darden.virginia.edu/uploadedFiles/Darden_Web/Content/Faculty_Research/Directory/Corp-gov-07-08-fin-crisis.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- EUROPEAN BANKING AUTHORITY. **EBA Guidelines on Internal Governance** (GL 44). Disponível em: <[https://www.eba.europa.eu/documents/10180/103861/EBA-BS-2011-116-final-EBA-Guidelines-on-Internal-Governance-\(2\)_1.pdf](https://www.eba.europa.eu/documents/10180/103861/EBA-BS-2011-116-final-EBA-Guidelines-on-Internal-Governance-(2)_1.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- EUROPEAN COMMISSION. **Corporate Governance in Financial Institutions: Lessons to be drawn from the current financial crisis, best practices**. Commission Staff Working Document. 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/company/docs/modern/sec2010_669_en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.
- _____. **European Commission's Green Paper on corporate governance in financial institution and remuneration policies**. 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/company/docs/modern/com2010_284_en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.
- EY. GLOBAL REGULATORY NETWORK. **An international regulatory push for enhanced risk governance**, 31 July 2015, p. 2. Disponível em:

<[http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/EY-an-international-regulatory-push-for-enhanced-risk-governance/\\$FILE/EY-an-international-regulatory-push-for-enhanced-risk-governance.pdf](http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/EY-an-international-regulatory-push-for-enhanced-risk-governance/$FILE/EY-an-international-regulatory-push-for-enhanced-risk-governance.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FAHLENBRACH, Rüdiger; STULZ, René M. **Bank CEO Incentives and the Credit Crisis**, Mar. 2010. Disponível em: <<https://www8.gsb.columbia.edu/leadership/sites/leadership/files/Bank%20CEO%20Incentives%20and%20the%20Credit%20Crisis%2020100508%20RMS.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FAMA, Eugene F. **What's different about banks?** (Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304393285900510>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

FARIAS, Ricardo R. A natureza da responsabilidade civil dos administradores de bancos em regime especial Lei 6.024/1974 e Dec.-Lei 2.321/1987. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 59, p. 65, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/201509142145001867673918.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FERREIRA, Daniel et al. **Shareholder Empowerment and Bank Bailouts**, Nov. 2012. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/fmg/workingPapers/discussionPapers/fmgdps/dp714_AXA11.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FERREIRA, Daniel; KIRCHMAIER, Tom; METZGER, Daniel. Boards of Banks. **AXA Working Paper Series**, n. 6, Discussion Paper n. 664, Jan. 2011. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/fmg/workingPapers/discussionPapers/DP664_2010_BoardsofBanks.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FINANCIAL CRISIS INQUIRY COMMISSION. **Financial Crisis Inquiry Report** – Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States, Jan. 2011, Disponível em: <<https://fcic.law.stanford.edu/report>>. Acesso em: 27 set. 2016.

FINANCIAL STABILITY FORUM. **Report of the Financial Stability Forum on Enhancing Market and Institutional Resilience**. Apr. 2008. Disponível em: <http://www.fsb.org/wp-content/uploads/r_0804.pdf?page_moved=1>. Acesso em: 15 set. 2016.

- FLANNERY, Mark; KWAN, Simon; NIMALENDRAN, Mahendrarajah. **Market Evidence on the Opaqueness of Banking Firms' Assets**. 2002. Disponível em: <http://bear.warrington.ufl.edu/flannery/PDF/FKN_Jan01.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- _____. The 2007-09 Financial Crisis and Bank Opaqueness. **Federal Reserve Bank of San Francisco Working Paper Series 2010-27**. Sep. 2010. Disponível em: <<http://www.frbsf.org/economic-research/files/wp10-27bk.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- FORGIONI, Paula A. **Os fundamentos do antitruste**. 2. ed. 2. tir. rev. e atual. São Paulo: RT, 2005.
- FORTUNA, Eduardo L. P. **A governança corporativa no sistema bancário: uma visão orientada aos depositantes, credores e à sociedade**. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- FRANCO, Gustavo H. B.; ROSMAN, Luiz Alberto C. A crise bancária norte-americana: algumas lições da experiência brasileira. In: GARCIA, Márcio; GIAMBIAGI, Fabio. **Risco e regulação: por que o Brasil enfrentou bem a crise e como ela afetou a economia mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 157-169.
- FREEMAN, Edward. **Strategic Management: a Stakeholder Approach**. Reimp. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FSB. **Compensation Principles and Standards Assessment Methodology**. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs166.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.
- _____. **Guidance on supervisory interaction with financial institutions on risk culture: a framework for assessing risk culture**, Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.fsb.org/2014/04/140407/>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- _____. **Implementing the FSB Principles for Sound Compensation Practices and their Implementation Standards – Fourth progress report**. 10 nov. 2015. p. 33. Disponível em: <<http://www.fsb.org/wp-content/uploads/FSB-Fourth-progress-report-on-compensation-practices.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

_____. **Principles for an effective risk appetite framework**, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.fsb.org/wp-content/uploads/r_130717.pdf?page_moved=1>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. **Policy Measures to Address Systemically Important Financial Institutions**. 4 nov. 2011, p. 1. Disponível em: <http://www.fsb.org/wp-content/uploads/r_111104bb.pdf?page_moved=1>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Thematic review on risk governance**, Feb. 2013. Disponível em: <http://www.fsb.org/2013/02/r_130212/>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FURFINE, Craig. Banks as Monitors of Other Banks: Evidence from the Overnight Federal Funds Market. **Journal of Business**, v. 74, n. 1, Jan. 2001.

G-20. **Declaration of the Summit in Financial Markets and the World Economy**. Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/president/63/commission/declarationG20.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

GALBRAITH, John Kenneth. **The Great Crash of 1929**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2009.

GERMAN COUNCIL OF ECONOMIC EXPERTS. Sachverständigenrat zur Begutachtung der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung, **Die Finanzkrise meistern – Wachstumskräfte stärken**, Jahresgutachten 2008/09, Wiesbaden, 2008, p. 116-191. Disponível em: <http://www.sachverstaendigenrat-wirtschaft.de/fileadmin/dateiablage/download/gutachten/ga08_ges.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

GOBBI, Juliana Vianna Lacrete. **Exequibilidade das decisões proferidas no âmbito dos processos de regulação e melhores práticas da Anbima**. Coleção Academia-Empresa 6. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GONTAREK, Walter. Risk governance of financial institutions: The growing importance of risk appetite and culture. **Journal of Risk Management in Financial Institutions**, vol. 9, 2, 2016.

GREUNING, Hennie van; BRATANOVIC, Sonja B. **Analyzing Banking Risk: A framework for assessing corporate governance and risk management**. 3. ed. Washington: The World Bank, 2009.

- GROSHEN, Erica L (Ed.). Federal Reserve Bank of New York. **Economic Policy Review** 9, Apr. 2003, n. 1. Special issue “corporate governance: what do we know, and what is different about banks?”, p. 1. Disponível em: <<https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/epr/2003/EPRvol9no1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- GROVE, Hugh et. al. Corporate governance and performance in the wake of the financial crisis: Evidence from US commercial banks. **Corporate Governance: An International Review**, v. 19, n. 5, p. 418-436, 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8683.2011.00882.x/abstract>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- GT INTERAGENTES. **Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas**. São Paulo: IBGC, 2016. Disponível em: <https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/codigo_brasileiro_de_governanca_corporativa_companhias_abertas.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- GUIMARÃES, Francisco José Pinheiro. Debêntures. In: LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coords.). **Direito das companhias**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. I.
- HAU, Harald; THUM, Marcel P. Subprime Crisis and Board (In)Competence: Private vs. Public Banks in Germany. **INSEAD Working Paper N 2010/45/FIN**, June 2010. Disponível em: <<http://sites.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cfm?did=44430>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- HAUCK, Achim; NEYER, Ulrike. Are rating splits a useful indicator for the opacity of an industry? **Heinrich-Heine-University of Düsseldorf Economics Finance, and Taxation Discussion Paper** n. 3/2008, 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1304146>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- HEREMANS, Dirk. Corporate Governance Issues for Banks: A Financial Stability Perspective. **Katholieke Universiteit Leuven Discussions Paper Series**, Feb. 2007. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1024693>. Acesso em: 19 dez. 2016.

HOPT, Klaus J. Comparative Corporate Governance: The State of the Art and International Regulation. **ECGI Law Working Paper n. 170/2011**, p. 4-5. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1713750>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. Better Governance of Financial Institutions. **ECGI Law Working Paper n. 207**, 2013, p. 11. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2334874>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Corporate Governance of Banks and Other Financial Institutions after the Financial Crisis – Regulation in the Light of Empiry and Theory. **Journal of Corporate Law Studies**, v. 13, Part 2, Oct. 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2334874>. Acesso em: 11 jul. 2015. 2013a.

IADI (International Association of Deposit Insurers). **Core Principles for Effective Deposit Insurance Systems**. Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.iadi.org/en/assets/File/Core%20Principles/cprevised2014nov.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

IANNOTTA, Giuliano. Testing for Opaqueness in the European Banking Industry: Evidence from Bond Credit Ratings. **Journal of Financial Services Research** 30, 2006, p. 287-309. Disponível em: <http://download.springer.com/static/pdf/265/art%253A10.1007%252Fs10693-006-0420-y.pdf?originUrl=http%3A%2F%2Flink.springer.com%2Farticle%2F10.1007%2Fs10693-006-0420-y&token2=exp=1472421182~acl=%2Fstatic%2Fpdf%2F265%2Fart%25253A10.1007%252Fs10693-006-0420-y.pdf%3ForiginUrl%3Dhttp%253A%252F%252Flink.springer.com%252Farticle%252F10.1007%252Fs10693-006-0420-y*~hmac=6fc066ba9485cf96cad87980ac2634f235b7767f0c4ecbc5207712c116fedd28>. Acesso em: 28 ago. 2016.

IANNOTTA, Giuliano; KWAN, Simon. The impact of Reserves Pratices on Bank Opacity. Federal Reserve Bank of San Francisco. Working Paper Series. **Working Paper**

- 2013-35, 2014. Disponível em: <<http://www.frbsf.org/economic-research/files/wp2013-35.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- _____. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. **Guia de orientação para gerenciamento de riscos corporativos**. Série de Cadernos de Governança Corporativa, 3, São Paulo, 2007, p. 44. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/3.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- _____. **Guia de orientação para melhores práticas de comitês de auditoria**. Série de Cadernos de Governança Corporativa, 7. São Paulo, 2009, p. 14. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Guia_7_.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.
- _____. **Governança corporativa em tempos de crise**. Coord. de Joaquim Rubens Fontes Filho e Renata Weingrill Lancellotti. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009.
- _____. **Monitoramento de desempenho empresarial**. Minuta para audiência pública. Out. 2016.
- _____. **O futuro da governança corporativa: desafios e novas fronteiras**. Org. de Joaquim Rubens Fontes Filho e Ricardo Pereira Câmara Leal. São Paulo: Saint Paul Editora, 2013.
- ICGN. **Statement on the Global Financial Crisis**. 10 Nov. 2008, p. 1. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/binary/resource/0811icgn.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.
- ICGN. **Statement on the Global Financial Crisis**. 10 nov. 2008, p. 1. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/binary/resource/0811icgn.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.
- IFC. **Global Corporate Governance Forum – Financial Crisis Response, International Consultation**, Paris, 19 June 2009. p. 14-16. Disponível em: <<http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/d858228048a7e5d2a3c7e76060ad5911/GC-GF%2BParis%2BConsultation--Final%2BReport%2B2009.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=d858228048a7e5d2a3c7e76060ad5911>>. Acesso em: 1 out. 2013.

- IMF. **Risk taking by banks: the role of governance and executive pay**. 2014. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2014/02/pdf/c3.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- IMF. **The Recent Financial Turmoil – Initial Assessment, Policy Lessons, and Implications for Fund Surveillance**. Apr. 2008. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2008/040908.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE, **Final Report of the IIF Committee on Market Best Practices: Principles of Conduct and Best Practices Recommendations**. July 2008. Disponível em: <<https://www.iif.com/file/7102/download?token=zVgadpJM>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- IOSCO. Technical Committee of the International Organization of Securities Commissions, **Final Report on The Subprime Crisis**, May 2008. Disponível em: <<https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD273.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- JACKSON, Howell. **Systemic Risk Literature Review** (Definition and Policy Proposals), 14 nov. 2009. Memorando apresentado em conferência The Financial Crisis: Can we prevent a recurrence? Disponível em: <http://www.law.columbia.edu/null/download?&exclusive=filemgr.download&file_id=154832>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=94043>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- JENSEN, Michael. Value Maximization, Stakeholder Theory and the Corporate Objective Function, **HBS working paper**, Oct. 2000, p. 9. Disponível em: <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/00-058_f2896ba9-f272-40ca-aa8d-a7645f43a3a9.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- JICKLING, Mark. Causes of the Financial Crisis. **Congressional Research Service Report for Congress**: Prepared for Members and Committees of Congress, 9 Apr. 2010.

Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/misc/R40173.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

JOHNSON, Simon et al. Corporate Governance in the Asian Financial Crisis. **Journal of Financial Economic** **58**, 2000, p. 141-186.

JUCÁ, Michele Nascimento. Determinantes da estrutura de capital de bancos brasileiros e norte-americanos. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-27012012-192849/pt-br.php>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

KIM, Hwa-Jin. Living With the IMF: A New Approach to Corporate Governance and Regulation of Financial Institutions in Korea. **Berkeley Journal of International Law** **17**, 1999, p. 61-94.

KING, Michael. The cost of equity for global banks: a CAPM perspective from 1990 to 2009. **BIS Quarterly Review**, Sep. 2009, p. 59-73. Disponível em: <http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt0909g.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

KIRKPATRICK, Grant. **Corporate Governance Lessons from the Financial Crisis**, Feb. 2009, p. 4. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-markets/42229620.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

KLOTZLE, Marcelo Cabus; COSTA, Luciana de Andrade. Governança corporativa e desempenho dos bancos no Brasil. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. v. 4. n. 4, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/69/59>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

KOKKINIS, Andreas. A Primer on Corporate Governance in Banks and Financial Institutions: Are Banks Special? In: CHIU, Iris H-Y (Ed.). **The Law on Corporate Governance in Banks**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.

KORPS JUNIOR, Augusto. Limite necessário. **Revista Capital Aberto**. São Paulo, abr. 2010, p. 2. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/biblioteca/download/E%20papel%20do%20Banco%20Central.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

- KOSE, John; YIMING, Qian. Incentive Features in CEO Compensation in the Banking Industry. **Economic Policy Review**, v. 9, n. 1, Apr. 2004. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=795564>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- KWAN, Simon. Financial Crisis and Bank Lending. **Federal Reserve Bank of San Francisco Working Paper Series 2010-11**. May 2010. Disponível em: <<http://www.frbsf.org/economic-research/files/wp10-11bk.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- LAEVEN, Luc. **Corporate Governance**: What's special about banks? Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-financial-021113-074421?journalCode=financial>>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- LAEVEN, Luc; LEVINE, Ross. **Corporate Governance, Regulation, and Bank Risk Taking**, 2007. Disponível em: <<http://fic.wharton.upenn.edu/fic/sicily/22%20laevenlevine.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- LADIPO, David et al. **Board profile, structure and practice in large European banks**, Nestor Advisors, London, 2008.
- LAROSIÈRE, Jacques. **The High-level Group on Financial Supervision in the EU**. Report. 25 Feb. 2009. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/finances/docs/de_larosiere_report_en.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.
- LAUDÍSIO, Arnaldo. **Responsabilidade do administrador de banco e a pena de inabilitação**. 29 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-29/arnaldo-laudisio-responsabilidade-administrador-banco>>. Acesso em: 9 nov. 2016.
- LAUTENSCHLEGER JÚNIOR, Nilson. **Os desafios propostos pela governança corporativa ao direito empresarial brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- LEELADHAR, Shri V. Corporate Governance in Banks. **Reserve Bank of India Bulletin**, Dec. 2004. p. 1101-1104. Disponível em: <<https://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/Bulletin/PDFs/59405.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

LEVINE, Ross. **The Corporate Governance of Banks: A Concise Discussion of Concepts and Evidence**, p. 9. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/14239/WPS3404.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LEVINE, Ross. The Corporate Governance of Banks: A Concise Discussion of Concepts and Evidence. **World Bank Policy Research Working Paper 3404**, Sep. 2004. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=625281>. Acesso em: 29 ago. 2016.

LLEWELLYN, David. A Regulatory Regime For Financial Stability. **Oesterreichische Nationalbank Working Paper 48**, 2001. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/onboenbwp/48.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MACEY, Jonathan; O'HARA, Maureen. **Bank Corporate Governance: A Paradigm for the Post-Crisis World**. Mar. 2014. Disponível em: <<https://fnce.wharton.upenn.edu/linkservid/6703E275-5056-893A-285F1F77AF3D52FF/showMeta/0/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MACEY, Jonathan; O'HARA, Maureen. Bank Corporate Governance: A Proposal for the Post-Crisis World. **FRBNY Economic Policy Review**. Aug. 2016, p. 85-105. Disponível em: <https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/epr/2016/epr_2016_post-crisis-world_macey.pdf?la=en>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. The Corporate Governance of Banks. **FRBNY Economic Policy Review**, Apr. 2003. Disponível em: <<https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/epr/03v09n1/0304macey.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016. 2003a.

_____. Solving The Corporate Governance Problems of Banks: A Proposal. **The Banking Law Journal**, v. 120, n. 4, Apr. 2003. 2003b.

MALLIN, Christine A (Ed.). **Handbook on Corporate Governance in Financial Institutions**. Cheltenham: Edward Elgar, 2016.

MANZI, Vanessa Alessi. **Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas**. São Paulo: Saint Paul, 2008.

- MARANHO, Flávia Schwartz; FONSECA, Marcos Wagner da; FREGA, José Roberto. Governança corporativa e desempenho das empresas diante da crise econômica global de 2008: Uma análise de dados em painel. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 293-311, abr.-jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/13414>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- MARCASSA, Ana Cecília. **Mecanismos de governança corporativa em bancos**. 2004. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/Mecanismos%20de%20Governan%C3%A7a%20Corporativa%20em%20Bancos.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- MATTOS, Eduardo da Silva. **O que a crise do *subprime* ensinou ao Direito?** Evidências e lições do modelo concorrencial e regulatório bancário brasileiro. São Paulo: Almedina, 2015.
- MCCORMICK, Emily. **The 2015 risk practices survey summary report: cyberanxiety for bank boards**, 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.bankdirector.com/index.php/issues/risk/2015-risk-practices-survey-cyberanxiety-for-bank-boards/>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- MEETING OF THE OECD COUNCIL AT MINISTERIAL LEVEL. **OECD Principles of Corporate Governance**. 21 June 1999. Disponível em: <[http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN\(99\)6&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN(99)6&docLanguage=En)>. Acesso em: 27 set. 2016.
- MEHRAN, Hamid; MOLLINEAUX, Lindsay. Corporate Governance of Financial Institutions. **Federal Reserve Bank of New York Staff Report n. 539**, Jan. 2012, p. 7. Disponível em: <https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr539.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.
- MEHRAN, Hamid; MORRISON, Alan; SHAPIRO, Joel. Corporate Governance and Banks: What Have We Learned from the Financial Crisis? **Federal Reserve Bank of New York Staff Report n. 502**, June 2011, p. 1. Disponível em: <http://www.newyorkfed.org/research/staff_reports/sr502.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

- MEINEN, Ênio. **Cooperativismo Financeiro: Virtudes e Oportunidades**. Ensaios sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Brasília: Confedbras. 2016
- MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Gestão integrada de riscos: a visão do supervisor**. Out. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/ApresentacaoGestaoIntegradadeRiscosEProcessoDeSaneamentoAnteroFebrabanOut2012.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016.
- _____. **O processo de supervisão no Banco Central do Brasil**. Out. 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresenta%E7%E3o_Anthero_Meirelles_CONBRAI_22-10-2012.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2016.
- MEIRELLES, Henrique. Pronunciamento do Presidente do Banco Central no evento “Boa Governança no Sistema Financeiro Nacional”, 5 set. 2008, p. 5. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/Apres/Pronunciamento_presidente_BC_05-09-08.pdf>.
- MERROUCHE, Ouarda; NIER, Erlend. What Caused the Global Financial Crisis? Evidence on the Drivers of Financial Imbalances 1999-2007. **IMF Working Paper**, Dec. 2010. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp10265.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- METZGER, Barry. **International Financial Institutions, Corporate Governance and the Asian Financial Crisis**. 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=382840>. Acesso em: 26 set. 2016.
- MILLER, Geoffrey Parsons. **The New Corporate Governance in Banks**, Remarks at the Conference: Challenges of Financial Regulation in the 21st Century, São Paulo, 8 dez. 2015. p. 8. Disponível em: <http://www.law.nyu.edu/sites/default/files/upload_documents/Corporate%20Governance%20in%20Banks%2021C%20December%206%202105.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.
- MONGIARDINO, A.; PLATH, C. Risk governance at large banks: have any lessons been learned?. **Journal of Risk Management in Financial Institutions**, v. 3, n. 2, 2010.
- MORGAN, Donald P. Rating Banks: Risk and Uncertainty in an Opaque Industry. **American Economic Review**, v. 92, n. 4, 2002. p. 874-888.

- MÜLBERT, Peter. Corporate Governance of Banks after the Financial Crisis: Theory, Evidence, Reforms. **ECGI Law Working Paper n. 130/2009**, Apr. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1448118>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- MÜLBERT, Peter O.; CITLAU, Ryan D. The Uncertain Role of Banks' Corporate Governance in Systemic Risk Regulation. **ECGI Law Working Paper n. 179/2011**, July 2011. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1885866&download=yes>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- MÜLLER, Bianca Abbot. **Concorrência no setor bancário brasileiro**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- NESTOR ADVISORS. **Report on Bank Boards and the Financial Crisis**: A corporate governance study of the 25 largest European banks. May 2009. Disponível em: <<http://www.nestoradvisors.com/var/files/pdf/publications/ExecSum2009.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- NÓBREGA, Maílson. Origens da Crise. In: GARCIA, Márcio; GIAMBIAGI, Fabio (Orgs.). **Risco e regulação**: por que o Brasil enfrentou bem a crise e como ela afetou a economia mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- OCDE. **Os princípios da OCDE sobre o governo das sociedades**. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2015.
- _____. **Corporate Governance and the Financial Crisis**: Conclusions and emerging good practices to enhance implementation of the Principles. 24 Feb. 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/44679170.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- _____. **Corporate Governance and the Financial Crisis**: Key Findings and Main Messages, Paris, June 2009. Item 12, p. 11. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/43056196.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. **Princípios de governo das sociedades do G20 e da OCDE**. 2016. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/governance/principios-de-governo-das-sociedades-do-g20-ocde_9789264259195-pt#page15>. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. Corporate Governance of Financial Groups. **OECD Corporate Governance Working Papers**, n. 20, 2016. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/governance/corporate-governance-of-financial-groups_5jlv1m6zq3nx-en>. Acesso em: 19 dez. 2016.

OLIVEIRA, Jaildo Lima de; SILVA, César Augusto T. **A governança corporativa no Sistema Financeiro Nacional**. [2005]. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/A%20Governan%C3%A7a%20Corporativa%20nn%20SFN.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

OLIVEIRA, Leonardo Henrique Mundim. Crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária em instituição financeira. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 36, n. 143, jul.-set. 1999. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502/r143-05.PDF?sequence=4>>. Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, Matheus Lamounier; ALVES, Carlos André de Melo. Remuneração de administradores em bancos no Brasil: Estudo baseado em recomendações inovadoras do Comitê da Basileia. **Anais do IV SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, São Paulo, SP, 8, 9 e 10 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.singep.org.br/4singep/resultado/646.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

OLIVEIRA, Wolney Resende de; NIYAMA, Jorge Katsumi; OLIVEIRA, Jaildo Lima de. O Comitê de Auditoria de acordo com a Resolução n. 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional: uma avaliação das maiores instituições financeiras a partir do *ranking* apresentado pelo Banco Central do Brasil. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 9. São Paulo: USP, 2009.

PAIVA, José Fernando Martins. **Governança corporativa e a distribuição de dividendos no setor bancário brasileiro**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2016.

- PARENTE, Flávia. **O dever de diligência dos administradores de sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- PAULIN, Luiz Alfredo. A responsabilidade do administrador de instituição financeira, em face da lei bancária. In: NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (Orgs.). **Doutrinas essenciais: responsabilidade civil**. São Paulo: RT, 2011. v. 3, p. 1063-1101.
- PENI, Emilia; SMITH, Stanley D.; VÄHÄMAA, Sami. Bank Corporate Governance and Real Estate Lending During The Financial Crisis. **Journal of Real Estate Research**, v. 35, n. 3, p. 313-343, 2012. Disponível em: <<http://pages.jh.edu/jrer/papers/pdf/forth/accepted/Bank%20Corporate%20Governance%20and%20Real%20Estate%20Lending%20During%20the%20Financial%20Crisis.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- PENI, Emilia; VÄHÄMAA, Sami. Did good corporate governance improve bank performance during the financial crisis? **Journal of Financial Services Research**, v. 41, n. 1, p. 19-35, 2012. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s10693-011-0108-9>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- PEREIRA, Antonio Nunes. Comitês de auditoria em bancos brasileiros: uma abordagem exploratória e introdutória de conceitos e práticas dos 4 (quatro) maiores bancos. 2005. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/41/41>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- PINETTI, Camilla Garcia. O risco sistêmico no foco da regulação financeira pós-crise. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v.110, jan.-dez. 2015, p. 819-847.
- PINTO, Gustavo Mathias Alves. **Regulação sistêmica e prudencial no setor bancário brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2015.
- POLO, Andrea. **Corporate Governance of Banks: The Current State of the Debate**, Jan. 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=958796>. Acesso em: 29 ago. 2016.

- PONTES, Evandro Fernandes de. **O conselho fiscal nas companhias abertas brasileiras**. São Paulo: Almedina, 2012.
- PREDA, Stefano. **Relatório de governança corporativa de 1999**. Disponível em: <http://www.ecgi.org/codes/documents/codice_di_autodisciplina.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- PROWSE, Stephen. The Corporate Governance System in Banking: What Do We Know? **BNL Quarterly Review**, Special Issue, Mar. 1997, p. 14. Disponível em: <ojs.uniroma1.it/index.php/PSLQuarterlyReview/article/download/12898/12701>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- RAAIJMAKERS, Geert et. al. **New Corporate Governance Principles for banks**. Disponível em: <<http://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=aae3067d-dc27-4303-ba20-1d8bcfc1f50b>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- REBOUÇAS, Lucia. Governança corporativa: pratique ou explique! **Revista RI – Relações com Investidores**, n. 207, out. 2016. Disponível em: <<http://www.revistari.com.br/207/1156>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- RIBEIRO, Ivan César. **Os megabancos e as crises financeiras: uma análise teórica e jurimétrica da regulação e do direito concorrencial**. São Paulo: Almedina, 2015.
- RIBEIRO, Milton Nassau. **Aspectos jurídicos de governança corporativa**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- ROGERS, Pablo; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa. Mecanismos de governança corporativa no Brasil: evidências do controle pelo mercado de capitais. **Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 4, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 19. Disponível em: <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/view/74>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- ROSS, Andrew; CROSSAN, Kenny. A review of the influence of corporate governance on the banking crises in the United Kingdom and Germany. **Corporate Governance: The International journal of business in society**, v. 12, n. 2, 2010, p. 215-225.
- SADDI, Jairo. **Crise e regulação bancária: navegando mares revoltos**. São Paulo: Textonovo, 2001.

SADDI, Jairo. É papel do Banco Central regular a remuneração dos executivos de instituições financeiras? **Revista Capital Aberto**, São Paulo, abr. 2010, p. 2. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/biblioteca/download/E%20papel%20do%20Banco%20Central.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

_____. **Temas de regulação financeira**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SALAMA, Bruno Meyerhof; PRADO, Viviane Muller. Operações de crédito dentro de grupos financeiros: governança corporativa como complemento à regulação bancária. In: ARAUJO, Danilo Borges dos Santos Gomes de; WARDE JR., Walfrido Jorge (Orgs.). **Os grupos de sociedades: organização e exercício da empresa**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Função social do contrato: primeiras anotações. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. Ano XLII, n. 132, out.-dez. 2003. p. 7-24.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 27-39.

SALOMÃO NETO, Eduardo. **Direito bancário**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

SAMPAIO, Gustavo José Marrone de Castro. **Fundamentos da regulação bancária e aplicação do princípio da subsidiariedade**. São Paulo: Almedina, 2015.

SENIOR SUPERVISORS GROUP. **Observations on Risk Management Practices during the Recent Market Turbulences**. Mar. 2008. Disponível em: <<https://www.sec.gov/news/press/2008/report030608.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A Survey of Corporate Governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, Jun. 1997, p. 737.

SILVEIRA, Alexandre di Miceli da. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. São Paulo, 2004. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-23012005-200501/pt-br.php>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

- _____. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- _____. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SPINELLI, Luis Felipe. **O conflito de interesses na administração da sociedade anônima.** São Paulo: Malheiros, 2012.
- STEIN, Mara Lemos. The Morning Risk Report: UK Dials Up Review of Corporate Governance. **Wall Street Journal**, 15 Nov. 2016. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/riskandcompliance/2016/11/15/the-morning-risk-report-uk-dials-up-review-of-corporate-governance/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- STEPHANOU, Constantinos. Rethinking market discipline in banking: lessons from the financial crisis. **Policy Research Working Papers.** The World Bank, n. 5227, 2010. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=5227>>. Acesso em: 6 ago. 2016.
- STOUT, Lynn. **The Shareholder Value Myth: How Putting Shareholders First Harms Investors, Corporations, and the Public.** Oakland: Berrett-Koehler, 2012.
- SUN, William, STEWART, Jim; POLLARD, David (Eds.). **Corporate Governance and the Global Financial Crisis: International Perspectives.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- UBS. **Shareholder Report on UBS's Write-Downs.** 18 Apr. 2008. Disponível em: <<http://maths-fi.com/ubs-shareholder-report.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- TABALUJAN, Benny S. Why Indonesian Corporate Governance Failed: Conjectures Concerning Legal Culture. **Columbia Journal of Asian Law** 15, 2001-2002, p. 141-171.
- THE CLEARING HOUSE ASSOCIATION. **Guiding Principles for Enhancing U.S. Banking Organization Corporate Governance,** 2015. Disponível em: <<https://www.theclearinghouse.org/-/media/files/association%20related%20documents/20150624%20tch%20guiding%20principles%20for%20enhancing%20u%20s%20bank%20organization%20corporate%20governance.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

THE NEW YORK TIMES. **Financial Russian Roulette**, 14 Sep. 2008. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/09/15/opinion/15krugman.html?_r=0>. Acesso em: 30 ago. 2016.

THE PRESIDENT'S WORKING GROUP ON FINANCIAL MARKETS. **Policy Statement on Financial Markets**, Mar. 2008. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/fin-mkts/Documents/pwgpolicystatemktturmoil_03122008.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

THE WHITE HOUSE. **Declaration of the Summit on Financial Markets and the World Economy**, 15 Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/president/63/commission/declarationG20.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras: alguns aspectos polêmicos. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: RT, n. 60, Nova Série, out.-dez. 1995, p. 24-38.

_____. **O conselho de administração na sociedade anônima**: estrutura, funções e poderes, responsabilidades dos administradores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **The OECD Principles of Corporate Governance**: An Evaluation of the 2004 Review by the TUAC Secretariat. Oct. 2004. Disponível em: <www.tuac.org/e-docs/00/00/01/0B/telecharger.phtml?cle_doc_attach=568>. Acesso em: 28 set. 2016.

TRAUCZYNSKI, Nicole. **Gestão fraudulenta e concurso de normas na lei dos crimes contra o sistema financeiro nacional**. 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TURCZYN, Sidnei. **O Sistema Financeiro Nacional e a regulação bancária**. São Paulo: RT, 2005.

VARGAS, Andreia. **Departamento de Supervisão de Conduta (Decon)**. Abr. 2014. Disponível

em: <http://www.abbc.org.br/images/content/Apresentacao_Decon_ABBC%2001042014.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

VENTURA, Elvira Curvinel Ferreira et al. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009. 256 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Dulclerc. **Responsabilidade civil especial** – nas instituições financeiras e nos consórcios em liquidação extrajudicial. São Paulo: RT, 1993.

WAISBERG, Ivo. A evolução da jurisprudência sobre a responsabilidade civil dos administradores de instituições financeiras sujeitas a regimes especiais. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 40. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, abr.-jun. 2008, p. 186.

_____. **Responsabilidade civil dos administradores de bancos comerciais: regimes especiais: intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração temporária** – RAET. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

WALD, Arnold. A culpa e o risco como fundamentos da responsabilidade pessoal do diretor de banco. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 40. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, abr.-jun. 2008, p. 345.

_____. A evolução do conceito de instituição financeira. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 8. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, abr.-jul. 2005, p. 211.

WALD, Arnold; WALD, Alexandre de M. A Responsabilidade civil do banqueiro (evolução recente da jurisprudência). **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 48, abr. 2010, p. 17.

WALKER, David. **A review of corporate governance in UK banks and other financial industry entities – Final recommendations**, Nov. 2009, p. 25. Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+/http://www.hm-treasury.gov.uk/d/walker_review_261109.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016. YAZBEK,

Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. ampl., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ZANOTELLI, Suélen. **A influência do Conselho de Administração nos retornos dos bancos brasileiros de capital aberto**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Referências da internet

<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v2-3/html/index.htm#1>. Acesso em: 12 out. 2016.
<http://portal.anbima.com.br/autorregulacao/codigos/Pages/default.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2016.

<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/normativos.asp>

<http://www.eba.europa.eu/cebs-archive>. Acesso em: 20 nov. 2016

<http://www.e-nautadutilh.com/40/1825/uploads/en-compare-bis-2010-2015.pdf?sid=f4be40f0-9808-4ad6-a4e9-dcfd01c69de7>. Acesso em: 23 nov. 2016.

<http://www.e-nautadutilh.com/40/1825/uploads/en-schema-versie-16-09-2015.pdf?sid=f4be40f0-9808-4ad6-a4e9-dcfd01c69de7>. Acesso em: 23 nov. 2016.

http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFc_External_Corporate_Site/Corporate+Governance/Investments/Tools/. Acesso em: 15 set. 2016.

http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/corporate+governance/investments/tools/bank_governance_toolkit__wci__1320147281104. Acesso em: 15 set. 16

<http://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 26 set. 2016

<https://www.eba.europa.eu/-/eba-reviews-its-guidelines-on-internal-governance>. Acesso em: 18 nov. 2016.

www.bis.org

www.fgc.org.br. Acesso em: 30 ago. 2016.

<http://www.fsb.org/wp-content/uploads/2015-update-of-list-of-global-systemically-important-banks-G-SIBs.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.